

VENDA DE IMOVEIS

(De harmonia com artigo 104.º da Lei 71/2018, de 31 de dezembro (LOE/2019))

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Ano

2020

(Designação da autarquia local)

(Unidade: euros)						
Classif.	Designação	out/16 a dez/16	2017	2018	jan/19 a set/19	Média dos 36 meses anteriores a out/2019
090101	Venda de terrenos a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
090110	Venda de terrenos a Famílias	4 861,20	19 926,18	19 478,89	17 502,22	20 589,50
090210	Venda de habitações a Famílias	656,25	2 625,00	2 406,25	1 968,75	2 552,08
090301	Venda de edifícios a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	459 000,90	0,00	0,00	153 000,30
09040101	Venda de equipamento de transporte a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	14 000,00	0,00	4 666,67
09040102	Venda de maquinaria e equipamento a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		5 517,45	481 552,08	35 885,14	19 470,97	180 808,55

Artigo 104.º da Lei 71/2018, de 31 de dezembro (LOE/2019)

Previsão orçamental de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis

1 - Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2020, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

2 - A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser excecionalmente de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.

3 - Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.